ACRE – A HOTENTÓTIA ESMALTADA?

Ana Brancher

> Não é ainda um fato bem sabido o quanto deva mas de vera consistência o delirio amazonense no apogeu da borracha. E se hoje ainda relegado se encontra ao folhetim e aos sonhos dos poetas um dia sairá para as páginas da História brasileira e queira Deus não seja pelos dólares de um *brazilianist* que aqui mesmo temos homens capazes da verdade se assim for permitido.
>
> Marcio Souza[1]

> O fato de ser brasileira e me sentir estrangeira demonstra mais que tudo a diversidade de "Brasis" que convivem em nosso país. Na verdade é muito fácil ser estrangeiro no Brasil [...] Muitas vezes no ano que passei na Região Norte tive que afirmar minha nacionalidade brasileira. Não apenas os seringueiros mas até em lojas e correios me perguntavam se era americana, alemã... E isto, tenho certeza, não era apenas uma questão de aparência fisica. Era também uma questão do tipo de coisa que fui fazer, pois pesquisar na Amazônia parece ser ainda um pouco prerrogativa dos "gringos".
>
> Cristina Scheibe Wolff[2]

As epígrafes acima, retiradas respectivamente de uma narrativa literária e de uma narrativa histórica, sintetizam o que procuro abordar neste trabalho: pretendo iniciar uma reflexão, principalmente no sentido de pontuar alguns questionamentos, a respeito da idéia de nação na Amazônia durante o ciclo da borracha, especificamente na região do Acre entre os anos de 1898 (inícios da revolta acreana) a 1903 (data da assinatura do Tratado de Petrópolis), permeando análises da narrativa literária e da narrativa histórica.

Apesar da pouca bibliografia sobre o tema, me atrevo a iniciar algumas abordagens exatamente para levantar possibilidades de estudos posteriores. Procuro nortear minhas reflexões principalmente no sentido de: a) traçar aproximações entre história e literatura; b) entender as classes subalternas como atuantes e não apenas instrumentos das classes dominantes no processo histórico; c) inserir o debate sobre o nacio-

---

Ana Brancher é Doutoranda no PPGH/IFCH/UFRGS.

nal no Acre como constituinte e não como um debate "anexo" ao nacional no Brasil, não apenas como periferia da periferia em relação ao "centro" (respectivamente, Acre em relação a Manaus/Belém em relação ao Rio/São Paulo que, todavia, também são "periferia" em relação ao "centro", Europa/EUA).

O recorte – Acre entre os anos de 1898 a 1903 – se deu não só em razão dos estudos que desenvolvo entre história e literatura, mas também pela intenção de trabalhar com *Galvez, Imperador do Acre*, folhetim[3] que engloba as linhas centrais dessa minha reflexão: idéia de nação, ciclo da borracha, história e literatura.[4]

De início, a pergunta: que é uma nação?[5] O que é identidade nacional? Existe uma nação brasileira? O debate não é novo,[6] mas segue sendo instigante e atual na medida em que vemos como processo simultâneo o fortalecimento de nacionalismos exacerbados e globalizações impostas;[7] na medida em que para transitar de um país a outro hoje é obrigatório o uso de passaporte, no qual está registrada a nacionalidade – é importante lembrar que nem sempre foi assim, o passaporte é uma construção do século 20. Apesar da inegável importância na história e na política mundiais,[8] os teóricos do tema, sejam historiadores, sociólogos, políticos, filósofos, críticos literários, não arriscam uma definição única. Como acentua Gilberto Gimenez:

> *Pese a su importância histórico-política, la categoría de nación parece rebelde a toda conceptualización racional. [...] el contraste entre la profusión de estudios sobre tópicos emparentados com la idea de nación – história de los nacionalismos, formación de los Estados nacionales, etc. – y la pobreza de estudios que abordem directamente* la categoria de nación como tal. [9] *(grifos do autor)*

Embora possa parecer uma idéia universal e normativa da nossa era, a nacionalidade não é uma característica inata do ser humano. A nação não existiu desde sempre.

A origem das nações é tema bastante controverso; há autores que defendem as nações como criações divinas.[10] Outros, sustentam que a nação e o nacionalismo são fenômenos modernos.[11] Há, ainda, os que vêem a emergência das nações já na Idade Média.[12] e há os que entendem que a nação é um fenômeno social que pode aparecer em todas as etapas da história.[13]

Para os objetivos deste trabalho, considero as nações como fenômeno moderno, associado ao surgimento da sociedade industrial – e às

suas reverberações tipo difusão do capitalismo impresso, do ensino primário, de uma lingua nacional, de uma idéia de pertencimento a uma comunidade imaginada[14] –, concordando, portanto, com Hobsbawm, Gelnner e Anderson. Consideradas as abordagens específicas de cada um desses autores, todos concordam em dissociar nação de Estado, entendendo que esse último é inclusive anterior à nação. Nesse sentido, Gelnner propõe que:

> *De fato, as nações, tal como os Estados, são uma contingência e não uma necessidade universal. Nem os Estados nem as nações existiram sempre e em quaisquer circunstâncias. Além disso, as nações e os Estados não constituem a* mesma *contingência. O nacionalismo defende que foram destinados um ao outro, que um sem o outro estão incompletos, e que isso constituiria uma tragédia. No entanto, antes que pudessem vir a ser feitos um para o outro, cada um deles teve de surgir, tendo esse aparecimento sido independente e contingente. Não há qualquer dúvida de que o Estado surgiu sem a ajuda da nação. Algumas nações surgiram certamente sem a benção de seu próprio Estado.*[15] *(grifos do autor)*

Além dessa dissociação entre Estado e nação, me parece importante acentuar, de acordo com Benedict Anderson, a dimensão antropológica e o caráter cultural da idéia de nação, com as quais estou orientando minhas reflexões; não nas categorias de liberalismo ou do fascismo que têm sido atualmente trabalhadas, por exemplo, entre movimentos separatistas/nacionalistas, mas sim no sentido de como pensar o nacional enquanto relações subjetivas num coletivo simbólico – comunidades imaginadas, como propõe Anderson – que é a nação. No entanto, a relação subjetiva dos indivíduos com sua nação, essa sensação de pertencimento ao nacional, é múltipla e não obedece a modelos definidos pelo Estado; senão, como entender esta idéia de ser nacional, por exemplo, de ser brasileira, e, retomando o depoimento de Cristina Wolff, de ter de afirmar sua nacionalidade brasileira dentro (quero destacar em território) do nacional e para indivíduos tão brasileiros (segundo modelos canônicos do Estado) quanto ela?

Em termos de Brasil, essa problemática da identidade nacional, que certamente não está expressa no passaporte ou na Carteira de Identidade, é complexa. Ao pensarmos a questão do nacional, logo surgem, diríamos, aspectos mais imediatos, como a questão de território (são 8,5 milhões de km quadrados), a questão étnica (temos,na composição do

povo brasileiro, indios, europeus, africanos, asiáticos), a questão da língua (embora a lingua oficial seja o português, não se pode esquecer que várias nações indígenas falam suas respectivas línguas e, inclusive, estão iniciando um processo de alfabetização nessas línguas e que, a duras penas, as línguas faladas pelos africanos e pelos europeus, exceto evidentemente o português, foram proibidas, mas que ainda permanecem comunidades nas quais, juntamente com o português, fala-se outra língua), diferentes religiões, diferentes hábitos alimentares.

O que nos sustenta, então, como nação brasileira? O modelo, segundo certa racionalidade jurídica e certa lógica de organização do poder, proposto pelo Estado? Ou a idéia de pertencimento?

Por outro lado, ao trabalharmos a questão da nação no Brasil, e demais países latino-americanos, não podemos deixar de lado questões como, por exemplo, a forma particularmente violenta pela qual os Estados, ao longo de sua história, têm-se estruturado e submetido suas populações. Na América Latina, atendendo a interesses internos e externos do capitalismo, o Estado tem dotado seus agentes de uma violência muito característica.[16] Além disso, não se pode desconsiderar, seguindo abordagens próprias, a função fortemente antinacional que as forças pré-capitalistas exerceram na América Latina, inclusive nos processos de independência. Quando digo abordagens próprias, me refiro aos debates que diferentes correntes historiográficas vêm travando, particularmente entre a nova história social com orientações neo-marxistas e a nova história cultural, ao trabalharem a questão do nacional na América Latina. A esse respeito, é importante o trabalho de Ricaurte Soler, para quem, sem negar a violência e exploração que as forças pré-capitalistas e capitalistas exerceram e exercem, na América Latina, as formações nacionais surgem enfrentando ao mesmo tempo as forças dissociadoras do pré-capitalismo interno e o colonialismo externo; todavia, segundo ele,

> Esse enfrentamiento no se hace sobre um vacío social. *Precisa decantar, por tanto, com sumo cuidado, las clases, fuerzas sociales e individuos que en aquellas luchas asumieron posiciones subjetiva y objetivamente nacionales.*[17] *(grifos meus)*

Na discussão entre a nova história social e a nova história cultural, Bárbara Weinstein coloca que:

> *As influências desta nova tendência historiográfica [nova história cultural nos EUA] são várias; no meu ver, as mais importantes*

vêm de Antonio Gramsci e da "escola de estudos subalternos". (O último, que originou no sul da Ásia, inclui figuras como Gyan Prakash, Prasenjit Duara, Partha Chatterjee e Gayatri Spivak). A influência desse grupo é previsível porque eles, trabalhando com a formação de nacionalismo anticolonial e pós-colonial, e com aspectos nitidamente populares, tinham como seu primeiro objeto entender (no sentido gramsciano) como os grupos populares ou "subalternos" participavam na formação da identidade nacional, e como seus valores, atividades culturais, e reivindicações entraram e transformaram os discursos das lideranças. [...] Assim, em vez de um processo de formação do estado que os subalternos assistiram (bestializados?), se torna um processo dinâmico que cria um estado cuja hegemonia depende da sua capacidade de absorver e neutralizar as resistências populares.[18] *(grifos meus)*

Esta problemática é muito importante ao analisarmos o ciclo da borracha no Brasil. Num âmbito mais geral, a grande maioria dos trabalhos historiográficos sobre a Amazônia versa sobre a economia da região, particularmente sobre a borracha, e analisando sempre os resultados nefastos que a ação do imperialismo internacional provocou sobre a economia local. Nestes trabalhos, homens e mulheres comuns, trabalhadores de uma maneira geral, são apresentados como conseqüências passivas da ação capitalista. Sem desconsiderar a exploração e atuação cruel do capitalismo, alguns historiadores têm feito novas abordagens sobre a região, colocando no centro dos debates questões que anteriormente eram consideradas menores. É esse o caso do trabalho da historiadora Cristina Wolff, que procura abordar "[...] aspectos da história social das mulheres do Alto Juruá (AC), extremo oeste do Brasil, dando-lhes visibilidade no processo de constituição dos seringais e da sociedade que ali se formou, e analisando confrontos de culturas, temporalidades e entre sociedades e meio ambiente que emergiram nesta história [...]".[19]

Ainda analisando a questão (econômica) da borracha na região Amazônica, mas com um olhar já diferenciado, temos o trabalho de Bárbara Weinstein, no qual a autora procura enfatizar "a imagem que os seringueiros faziam de si mesmos como 'produtores' e não como simples trabalhadores, assim como sua luta para manter uma certa autonomia e auto-suficiência", além de entender que

[...] uma discussão [envolvendo o ciclo da borracha] sobre a acumulação de capital só trará alguma luz quando colocada

dentro do contexto das relações sociais regionais e dos conflitos da classe correntes. Como os próprios investidores estrangeiros descobriram, até as tentativas mais vigorosamente financiadas de transformar a produção de borracha e pô-la em bases mais "capitalistas" tinham de lutar contra a resistência interna, tanto dos seringueiros que produziam a mercadoria para exportação quanto dos intermediários que a comercializavam localmente. [...] por diversas vezes obrigou os homens de negócio estrangeiros a modificar suas expectativas em resposta às pressões locais.[20]

É essa outra visão sobre a Amazônia, sobre a resistência ou sobre o ser agente do processo, que Márcio Souza apresenta em seu romance. Nele, o Acre não aparece como um confim perdido na geopolítica do Brasil. Ele destaca, sim, o desconhecimento que o Brasil tem do Acre: "Poucos brasileiros sabiam onde ficava o Acre em 1899" (p.163), ou ainda, "Um jornal do Rio de Janeiro informava que Amazônia era a Hortentótia esmaltada" (p.70).

Márcio Souza trabalha a formação do Acre sem colocar os acreanos como pobres coitados placidamente explorados pelo capital internacional ou em tentativas (historiográficas) mal resolvidas de enganchar o Acre na história do Brasil:

[...] mas a história começa falando sobre um triângulo de terras que pertencia aos índios amoaca, arara, canamari e ipuriná. Parece que nos mapas bolivianos daquela época o triângulo estava assinalado como "tierras no descubiertas". Era um triângulo de moléstias tropicais e rios tortuosos encravado entre a Bolívia, Peru e o Brasil. Enfim, um lugar que nenhum cristão procuraria para juntar seus trapos. Mas um cearense que não tinha trapos, saiu de suas terras e avançou pelas barrancas de um rio sinuoso, enfrentando os ipuriná. O cearense conseguiu fazer uma barraca e wazzu escreveu ao Visconde de Santo Elias, poderoso comerciante de Belém, pedindo algumas mercadorias. Os ipuriná chamavam aquele rio de Aquiri. O cearense pouco afeito à arte da caligrafia, rabiscou este nome no envelope, que o visconde depois de muito trabalho decifrou como ACRE. O visconde começava a fazer um bom negócio sem saber que batizara também um território. O ACRE era rico de belos espécimes de hevea-brasiliensis *e viveria por muitos anos sob o signo dos equívocos. (p.15-16)*

O direito boliviano sobre as terras do Acre fora reconhecido pelo Tratado de Ayacucho, de 1867, entretanto, o artigo 2 do tratado estabelecia aos brasileiros o *uti possidetis*. Até então as terras eram assinaladas nos mapas como terras desconhecidas. O Acre começara a ser povoado por cearenses que saíam de suas terras afugentados por terríveis e constantes secas desde 1877, e, a partir de 1895, os governos brasileiro e boliviano começam a negociar as fronteiras da região. A disputa central pelas terras acreanas entre Brasil e Bolívia se dava em razão da alta produção de borracha do Acre. Uma das formas de atuação do capitalismo internacional (principalmente dos Estados Unidos, Alemanha, França e Inglaterra) naquela região era através do Bolivian Syndicate.[21] Após uma série de revoltas, desacordos e acordos entre Bolívia e Brasil, em 1903 é firmado o Tratado de Petrópolis,[22] que fixa o território como pertencendo ao Brasil. Entre essa série de revoltas acreanas ocorre uma formada por "[...] um grupo de aventureiros e sonhadores que tentaram proclamar o Acre um país independente – um império, chefiado pelo espanhol (que vivia no Brasil) Dom Luiz Galvez Rodrigues de Árias [...].[23]

Márcio Souza coloca essa questão:

> *Por cinqüenta mil libras eu tinha de conquistar o Acre do domínio boliviano, declarar o território independente, formar um governo e tentar o reconhecimento internacional. Quando tudo estivesse resolvido, meu governo solicitaria a anexação ao Brasil. Minha nacionalidade afastaria qualquer suspeita de participação brasileira. Quanto à forma de governo, eles não se importavam. (p.186)*
> *Eu estava livrando o Acre da tutela boliviana e brasileira, formando um Estado Independente, conforme o combinado. (p.248)*
> *Baixei meus primeiros decretos. No primeiro, oficializei o Império do Acre, marcando os seus limites precisos e para o qual usei os conhecimentos geográficos de Pedro Paixão. Assinei ofícios comunicando o nascimento do Acre a todos os países civilizados e uma carta especial ao presidente Campos Sales, solicitando sua compreensão. (p.249)*
> *Para início de conversa, no Acre ele tentou organizar uma República liberal. (p.266)*

O Acre chegou a ser um Estado independente, entre os meses de julho a dezembro de 1899, chefiado por Galvez. E é um estrangeiro, de nacionalidade espanhola, apoiado por parte do poder local, quem chefia a libertação do Acre:

A causa que defendemos não pede barreira de nacionalidade. [...] Lutamos contra a criação de uma Corporação Internacional que poderá dominar o Acre. [...] A nossa melhor borracha vem do Acre. Até a metade do século ninguém discutia a nacionalidade do Acre. Só os índios lá viviam e o Acre era evitado até pelos exploradores mais corajosos. [...] Os cearenses não tiveram medo da febre e entraram na região. Empurraram a fronteira com a própria miséria... (p.61)

Joana sabia o que representaria a presença americana [sic] naquele território. Era uma espécie de instinto de conservação, já que a ameaça mostrava que não haveria nenhum destino manifesto que assegurasse a eternidade dos coronéis da borracha, se os americanos [sic] dominassem o Acre. E ela me contou que o Governo do Amazonas, ciente do perigo, colocara à disposição dos interessados, uma boa fortuna. (p.179)

Os abaixo-assinados, ativistas da Revolução Acreana e membros do Exército Revolucionário, em assembléia geral e por unanimidade, decidiram aclamar o Dr. Luiz Galvez Rodrigues de Aria, como MARECHAL DE CAMPO e Líder, no que pelo presente suplicam que assim seja. (p.205)

De acordo com a narrativa ficcional de Márcio Souza, podemos delinear o seguinte recorte: um território habitado por vários grupos indígenas,[24] registrado nos mapas como terras desconhecidas, por acordos internacionais pertencia à Bolívia, na prática estava sendo povoado por brasileiros, principalmente cearenses, grande produtor de borracha explorada particularmente pelo capital estrangeiro, a rivalidade entre Manaus (para quem o Acre era brasileiro e cujas terras deveriam naturalmente pertencer a Manaus) e Belém (para quem o Acre era boliviano, mas apoiava sua independência com a condição de mais tarde anexar-se ao Brasil voluntariamente),[25] nesse quadro, insere-se Galvez, um espanhol que, apoiado pelo poder local (pelo coronel Pedro Paixão, pelo governo de Manaus, por conspiradores paraenses), faz uma revolução, domina o território e instala um império (ou uma República, conforme ressalva o narrador) que, todavia, dura poucos meses (julho a dezembro de 1899). É importante considerar o papel que Marcio Souza atribui às mulheres nas personagens de Cira (a conspiradora burguesa, paraense, que organiza o Comitê de Defesa do Acre), Joana (a revolucionária que empunha armas, participa dos combates, a guerrilheira e "braço armado" do Império) e Vitória (que dá origem à oposição que leva o império à decadência).[26]

Também é importante destacar que, lendo Marcio Souza, compreendemos que na Amazônia o multinacional não estava exclusivamente no capital, mas também no cultural: mesclando-se aos haveres e fazeres locais, havia vasos chineses, medicina chinesa, fonte inglesa, móveis vitorianos, tipografia alemã, música alemã, danças européias (a valsa era a civilização); prostitutas árabes, húngaras, moscovitas; fotógrafo grego, agrônomo alemão, artistas franceses, doceiro italiano, cientista inglês e, claro, espanhol (com passagens amorosas em França, Itália, Argentina) Galvez – ex-diplomata, jornalista, aventureiro e Imperador do Acre. Nesse aspecto cultural, importante é retratar a significação do Teatro de Manaus nas palavras do personagem Sir Henry Lust, cientista e engenheiro inglês, pesquisador na Amazônia, defendia, cientificamente, a tese de que o Teatro de Manaus era um artefato espacial construído por extraterrestres.

Nesse contexto, como pensar o nacional? Consideradas todas as idiossincrasias de cada categoria – mulher, homem, cariu, caboclo, indígena –, todos são acreanos e brasileiros de território e meio ambiente, de nacionalidade, de classe social, de língua, de religião, de práticas sexuais.

A questão do que é nacional, com relação ao Acre, que sequer é abordada pela historiografia oficial, em Márcio de Souza é tema que perpassa toda a narrativa, inclusive com passagens bem incisivas, como por exemplo a colocada na epígrafe desta minha reflexão. Naturalmente que é preciso contextualizar o momento em que o autor escreve o livro – suponho que inícios dos anos 70, uma vez que a primeira edição é de 1976 –, quando a ditadura militar no Brasil prendia, torturava, exilava, calava intelectuais brasileiros enquanto estimulava a vinda de brazilianistas para pesquisar no Brasil. Falar sobre o Brasil nas universidades, na literatura, nas artes, entre os anos de 1964 a 1980, só a poucos era dado o direito, no País. Por outro lado, temos o pouco caso que os intelectuais do sul/sudeste tinham (têm?) para com a Região Amazônica;[27] aliás, Márcio de Souza coloca isso em vários momentos, "[...] e não acreditava na garantia do Brasil, sempre liquidacionista em matéria acreana" (p.223).

Na ficção de Márcio Souza, encontramos a historicidade das relações entre as pessoas, como os fatos aconteciam e acordos eram selados, os processos pelos quais as decisões eram tomadas, a intriga, o que nos fornece uma valiosa possibilidade de leitura da história. Naturalmente que estabeleço essas considerações dentro do meu interesse como leitora com olhar de historiadora, e é nessa perspectiva que me aproprio do texto de Márcio Souza.[28]

É importante destacar que não se trata de adotar a obra literária

como um documento histórico, mas sim de, através dela, ampliarmos nosso olhar, despertarmos nossa atenção para problemáticas distintas. Como propõe Sandra Pesavento:

> *[...] a obra literária não será para esse historiador [que se vale da obra literária] uma simples fonte ou um somatório de informações no quadro geral da contextualização desejada [...] não é um mero dado ou documento, ela se constitui num "algo mais", inestimável para o historiador, e que lhe fornecerá subsídios que ele não encontrará facilmente em outras fontes.*[29]

Márcio Souza pesquisa a história para escrever seu folhetim, como alerta nas páginas pré-textuais:

> *Nota importante*
> *Este é um livro de ficção onde figuras da história se entrelaçam numa síntese dos delírios da monocultura. Os eventos do passado estão arranjados numa nova atribuição de motivos e o autor procurou mostrar uma determinada fração do viver regional.*

numa clara preocupação entre o ficcional e o verdadeiro, expressa em vários momentos da obra:

> *Neste momento sou obrigado a intervir, coisa que farei a cada momento em que o nosso herói faltar com a verdade dos fatos. (p.69)*
> *Mais uma vez sou obrigado a intervir na narrativa. (p.119)*
> *Interrompo para advertir que o nosso herói vem abusando sitematicamente da imaginação [...]. (p.266)*
> *O nosso herói existiu realmente e pelo norte do Brasil exerceu sua fidalguia. Comandou uma das revoluções acreanas e quem duvidar que procure um livro sério que confirme nossa afirmação. (p.298-299)*

Ao longo de toda a narrativa de Márcio Souza, há a presença constante do outro, aquele que não é brasileiro, o que vem de fora, o herói e narrador principal, Galvez, é um estrangeiro, mas o outro narrador (o autor?), que intervém constantemente no texto (o turista que descobriu os manuscritos do herói num sebo em Paris), é um brasileiro que, impressionado com o conteúdo dos manuscritos, resolve publicá-los. Numa leitura à contrapelo, posso então pensar que por esta via o autor, ao defi-

nir o estrangeiro, está tentando estabelecer o que é o eu, o nacional (acreano, amazonense, brasileiro). Através do folhetim de Márcio Souza, posso entrever situações que, via de regra, sequer são sugeridas pela historiografia tradicional – é o caso da questão do nacional –, numa tentativa para estabelecer não apenas o território, ou o Estado do Acre, mas através do caldeirão cultural, que configura toda a Região Amazônica, iniciar uma reflexão sobre o nacional. Nesse sentido, a obra de Márcio Souza aponta significativos caminhos que posso trilhar como historiadora, posso dizer, como Sandra Pesavento, que "através da literatura Clio pode enxergar mais longe".

NOTAS

1. In: *Galvez, Imperador do Acre*, Manaus, Edições Governo do Estado do Amazonas, 1976. p.151.
2. In: *Marias, Franciscas e Raimundas: uma história das mulheres da floresta – Alto Juruá, Acre 1870/1945*. Tese de doutorado, FFLCH/USP, São Paulo, 1998. p.14.
3. A denominação é do autor; para este trabalho, sempre que fizer citações de Márcio Souza indicarei apenas as páginas, uma vez que a obra citada é sempre *Galvez, Imperador do Acre*, (cf. nota 1).
4. Vale destacar que há outras obras na literatura nacional que trabalham o tema; poderia citar, entre outros, *Mad Maria*, do próprio Márcio Souza; *Coronel de Barranco*, de Araújo Lima.
5. Pergunta, aliás, já feita, no século passado, por Ernest Renan em "Qu'st-ce que c'est une nation?" (conferência feita na Sorbonne em 13/3/1882) citado por Hobsbawm. In: *Nações e nacionalismo desde 1780*, tradução de Maria Célia Paoli e Anna Maria Aquinio, RJ: Paz e Terra, 1990. p.12.
6. Entre a significativa produção sobre o tema, consultei os trabalhos de Benedict Anderson, *Comunidades imaginadas – reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*, México: FCE., 1997; Ernest Gelnner, *Nações e nacionalismo*, Lisboa: Gradiva, 1993; Dante Moreira Leite, *O caráter nacional brasileiro*, São Paulo: Pioneira, 1983; Eric Hobsbawm op. cit.; Montserrat Guibernau. *Nacionalismos – o estado nacional e o nacionalismo no século XX*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
7. Reflexão de ordem quase existencialista: desde meados do século 19, a Europa se fecha em nações (cf. Eric Hobsbawm), em demarcações ferrenhas de Estado e Nação (ao meu ver por razões eminentemente econômicas); hoje, a Europa se fecha em uma Comunidade (Econômica Européia, com uma moeda comum – o euro), a qual, mesmo resguardando nações e estados, cria um Parlamento Europeu – seria as bases de uma futura Nação Européia?
8. Segundo Eric Hobsbawm "[...] os últimos dois séculos da história humana

do planeta Terra são incompreensíveis sem o entendimento do termo 'nação' e do vocabulário que dele deriva. Mas o quê, exatamente? Aqui está o mistério". *Nações e nacionalismo desde 1780*, p.11. Da mesma maneira para Benedict Anderson: "En efecto, la nacionalidad es el valor más universalmente legítimo en la vida política de nuestro tiempo". In: *Comunidades imaginadas*, p.19.

9. "Apuntes para una teoría de la identidad nacional". *Sociológica*, Identidad nacional y nacionalismos – año 8, número 21. Enero-abril de 1993, p.13 a 29. Neste estudo, G Giménez trabalha a vertente política e a dimensão antropológica que envolve a nação em sua função política e sua função psicossocial; dessa maneira, entende o autor, a nação aparece como sociedade política analisável em termos de "certa racionalidade jurídica e certa lógica de organização e legitimização do poder" e, ao mesmo tempo, como uma "comunidade sui generis rebelde a toda conceituação racional"; essa análise requer uma "psicoantropologia do imaginário, já que, sob o ângulo antropológico, se apresenta como uma 'comunidade imaginada', invisível e anônima, construída segundo o modelo da família, da etnia e da comunidade religiosa [...]" (tradução minha).
10. Schleiermacher e Herder apud Guibernau op. cit., p.57-58.
11. Hobsbawm, op. cit.; Gelnner, op. cit.; Anderson, op. cit.
12. Guibernau, op. cit.
13. Samir Amin apud soler, Ricaurte *Idea y cuestion nacional latinoamericanas – de la independência a la emergência del imperialismo*, Mexico: Siglo Veinteuno, 1980. p.18-19.
14. Não é meu objetivo neste trabalho proceder a uma discussão sobre o imaginário. No entanto, a história do imaginário é muito importante ao discutirmos teoria da nação; portanto, faço referência ao elucidativo ensaio de Sandra Pesavento "Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário". *Revista Brasileira de História* / ANPUH – v.15, n.29, 1995. Nesse ensaio, além de trabalhar a temática do imaginário como uma das perspectivas de análise da Nova História Cultural, a autora oferece e discute ampla bibliografia sobre o assunto.
15. In: *Nações e nacionalismo*, p.19.
16. Como um exemplo trivial e atual, tomemos o considerado por Hugo Calello: diante de uma manifestação pelos direitos humanos em Londres, o polícia inglês "supone que su acción represiva es acogida positivamente por los manifestantes a quienes *defiende* de provocasiones externas", já numa manifestação semelhante em Buenos Aires ou Caracas (e eu acrescentaria qualquer cidade brasileira), a polícia "supone que cada manifestante es un peligroso subversivo o delincuente [...] porque sabe que existe entre él -agente represor de Estado- y los ciudadanos (que *aparentemente* protestam por la violación del cumplimiento de um derecho que lhes otorga *el contrato*) una profunda profunda desigualdad, que no será resuelta por el ato." (grifos do autor). In: *Los verdugos de la democracia*, Caracas: Alfadil Ediciones, 1988.

Neste livro, o autor procura investigar sobre a violência política que impregna a vida social nos países latino-americanos, mostrando a conexão e contextualização da violência cotidiana com a crise ética e estrutural do capitalismo multinacional. A esse respeito ver também do mesmo autor *Terrorismo de Estado y violência psíquica*, Caracas: Trópikos, 1987.

17. Op. cit., p.29.
18. "As novas tendências historiográficas nos Estados Unidos e a pesquisa sobre América Latina". *Cadernos* da Série Seminários de Pesquisa – CEDHAL/USP, s/d. A mesma autora trabalha com muita clareza os debates entre a nova história social e nova história cultural, entendendo que, entre os historiadores, o pós-modernismo não cria uma crise mais profunda como em outras disciplinas; para ela é "mais adequado dizer que as tendências atuais representam desdobramentos das preocupações anteriores [...] a existência de fortes continuidades tanto quanto descontinuidades entre a nova história social e a nova história cultural. [...] O resultado é uma série de debates sérios mas de certa forma amistosos. Um importante ponto de contestação é a questão da resistência ou 'agency'." "A pesquisa sobre identidade e cidadania nos EUA: da nova história social à nova história cultural" (mimeo., em conferência proferida na UFRGS, março de 1998).
19. Op. cit, p.13.
20. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850 – 1920)* tradução de Lólio Lourenço de Oliveira, São Paulo: HUCITEC/Ed. USP, 1993 (1983), p.17. Neste trabalho, a autora investiga o papel de grupos regionais (aviadores, seringueiros, comerciantes) na resistência ao domínio do capital estrangeiro, tendo como alvo crítico a teoria da dependência (a qual na época em que a autora realizou suas pesquisas, fins dos anos 70 inícios dos 80, tinha grande influência); em um recente trabalho, a autora coloca que "recuperar uma certa 'militância' entre os seringueiros, com um conceito de resistência que não se limitou a greves ou sublevações organizadas, tinha um significado muito mais forte e politicamente radical do que um estudo que retratasse os trabalhadores como um bando de coitados reduzidos a meio-escravos incapazes de expressar qualquer forma de resistência. [...] pretendia mostrar que a 'realidade' era outra; não me interessava muito em construir COMO a narrativa tradicional foi construída, uma questão que hoje acho muito importante" (grifos da autora). "Experiência de pesquisa numa região periférica: Amazônia" (mimeo., apresentado em conferência proferida na UFRGS, em março de 1998).
21. "[...] em 1902, quando o o governo da Bolívia anunciou seus planos de dar em arrendamento milhares de quilômetros quadrados no Acre a um *conglomerado norte-americano que assumiria tanto o controle econômico quanto a autoridade civil na área em questão.* Como quase toda a população acreana era constituída de brasileiros, não admira que os governos federal e estadual tenham recebido essas notícias como um desafio à soberania brasileira na Amazônia. [...] Assim que se tornou evidente que o governo bolivi-

ano pretendia transformar numa colônia ianque a maior parte daquele território, o Brasil teve os fundamentos morais e políticos de que necessitava para anexar uma região que indiscutivelmente pertencia à Bolívia." (grifos meus) (Weinstein: 1993, p.203-204). Sobre esta intenção da Bolívia em firmar acordo com os EUA, Márcio Souza inclui um documento: "State Departamente. Foreign Office/ Os Estados Unidos da América, por via diplomática, da República do Brasil, gestionarão o reconhecimento dos direitos da Bolívia no território do Acre, Purus e Iaco, hoje ocupados de acordo com os direitos estabelecidos pelo tratado de 1867. / Os Estados Unidos da América se comprometem a facilitar à República da Bolívia o numerário bélico de que esta necessitar em caso de guerra com o Brasil. / Os Estados Unidos da América exigirão que o Brasil nomeie dentro do corrente ano uma comissão que, de acordo com a Bolívia, deslinde as fronteiras definitivas entre Purus e Javari. / O Brasil deverá ceder a livre navegação os afluentes do rio Amazonas aos barcos de propriedade boliviana, assim como o livre trânsito pelas alfândegas do Pará e Manaus as mercadorias destinadas aos portos bolivianos./ Em recompensa aos seus bons ofícios a Bolívia concederá aos Estados Unidos da América o abatimento de 50% dos direitos da borracha que saia com destino para qualquer parte da dita nação e este abatimento durará pelo prazo de 10 anos./ No caso de ter de apelar para a guerra a Bolívia denunciará o tratado de 1867, sendo então a linha limítrofe, da Bolívia a Boca do Acre, e entregará a zona restante, isto é, a zona compreendida entre a Boca do Acre e a atual ocupação, aos Estados Unidos da América em livre posse. / Washington, 9 de maio de 1898." (p.75-77.)

22. Por esse Tratado a área disputada ficava sob soberania brasileira, devendo o Brasil pagar dois milhões de libras esterlinas à Bolívia e construir uma estrada de ferro que ligaria ambos os países, a "Madeira-Mamoré", obra que chegou a ser iniciada (aliás, pelo capital internacional ligado ao grupo de Percival Farquard, a Raiwal Company/Lumber Corporation, o mesmo que atuaria no sul do Brasil, na construção da estrada de ferro que ligou o Rio Grande do Sul a São Paulo e exploração da madeira, fatores agravantes na Guerra do Contestado, ocorrida entre 1912 e 1916 entre os Estados de Santa Catarina e Paraná) mas jamais foi concluída. A respeito do Tratado de Petrópolis, ver Cassiano Ricardo, *O Tratado de Petrópolis*. Min. Rel. Ext., Rio, 1954. Ver, também, Cláudio de Araújo Lima, *Plácido de Castro, um caudilho contra o imperialismo*, Rio de Janeiro: Bruno Buccini Editor, 1960.
23. In: Ricardo Maranhão, Antonio Mendes Jr. *Brasil Texto e Consulta*. v.3, São Paulo: Brasiliense, 1979. p.230.
24. Segundo Cristina Wolff , " O número de grupos indígenas existentes na região do Alto Juruá antes da chegada dos primeiros exploradores dos altos rios é uma incógnita. Sabe-se que eram muitos, e que pertenciam aos grupos lingüísticos Pano e Aruaque em sua maioria. [...] A febre da borracha, a partir de 1870, trouxe para a região do Alto Juruá, dois novos personagens em busca da goma elástica: os 'caucheros' peruanos e os seringueiros brasilei-

ros." (op. cit. p.158-159). Em seu trabalho, Wolff estabelece um interessante estudo sobre as relações de identidade entre os índios, os caboclos (descendentes de índios misturados com brancos), os brancos (cearenses ou carius). Op. cit., p.158-194.

25. A rivalidade entre Belém e Manaus está bem trabalhada por Barbara Weinstein no capítulo sete ("Pará *versus* Amazônia") de *A borracha na Amazônia* [...].
26. Sobre a questão da mulher na região é imprescindível a leitura do trabalho de Cristina Wolff.
27. Isso fica claramente expresso quando examinamos a historiografia brasileira dirigida a estudantes do 2º grau – o Acre sempre é um "anexo" visto como "a questão do Acre"; tomemos, como outro exemplo, o depoimento de Barbara Weinstein, que diz que entre outras dificuldades para elaborar sua pesquisa teve que enfrentar: "A indiferença da comunidade acadêmica brasileira fora [exceto a] da Amazônia em relação à história da Amazônia [...]". "Experiência de pesquisa numa região periférica: Amazônia", p.3. Ainda tomando como exemplo a obra de B. Wenstein, examinando a bibliografia que ela apresenta em *A borracha na Amazônia*, é flagrante a maioria de trabalhos em língua inglesa em relação aos de lingua portuguesa; isso pode ser lido, na minha opinião, como um reforço à idéia do descaso da academia com relação à Amazônia.
28. Nesse sentido Roger Chartier propõe que o mundo do leitor é sempre aquele da comunidade à qual ele pertence e que a significação do texto não está ligada apenas à sua materialidade, ao texto em si como propunham os teóricos do New Criticism; para Chartier, a significação do texto, diacrônica ou sincronicamente, está também ligada aos códigos e convenções de leitura do leitor. "Histoire et litterature". In: *Au bord de la falaise: l'histoire entre certitudes et inquietudes*. Paris: Albin Michel, 1998. Chartier também trabalha a questão de diferentes leituras que um mesmo texto provoca em diferentes leitores (e até em momentos diferentes de um mesmo leitor) em "Textos, impressões, leituras". In: *A nova história cultural*, organizado por Lynn Hunt, São Paulo: Martins Fontes, 1992.
29. "Com os olhos de Clio ou a literatura sob o olhar da história a partir do conto *O Alienista* de Machado de Assis" – *Revista Brasileira de História*, n.31/32, São Paulo: ANPUH/CONTEXTO, 1996. Ainda trabalhando a compreensão que o historiador pode tirar da obra literária, Sandra Pesavento propõe que "Nesta nova forma de entendimento, peculiar à história cultural, a história abdica do seu poder de enunciação da verdade, passando a admitir que *as fontes são marcos indiciários daquilo que teria acontecido um dia* e com os quais o historiador constrói uma versão. [...] pode-se dizer que o discurso literário, consagradamente tido como o campo preferencial de realização do imaginário, comporta também a dimensão da veracidade" (grifos meus). "A cidade maldita". In: *Imagens urbanas*, Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1997.